



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DE MATO GROSSO
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 74/2024

MANHÃ

OFICIAL DE JUSTIÇA

NÍVEL SUPERIOR – PROVA TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **70 (setenta)** questões objetivas e **1 (uma)** redação, você receberá do fiscal de sala o cartão de respostas e a folha de texto definitivo;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.
- A redação deverá ser redigida entre **20 (vinte)** e **30 (trinta)** linhas.



TEMPO

- Você dispõe de **5 (cinco) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de textos definitivos;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e a folha de textos definitivos;
- Para o preenchimento do cartão de respostas e da folha de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados no cartão de respostas e na folha de textos definitivos;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas e em sua folha de textos definitivos, o fiscal de sala deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e da sua folha de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca de cartão de respostas ou de folha de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e na folha de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa prova!**

LÍNGUA PORTUGUESA

1

Leia o seguinte fragmento textual:

Tomás chega de madrugada ao pé da rocha. Ele respira profundamente e prepara meticulosamente seu material. O alpinista inveterado não gosta de companhia, e seus parentes constantemente o reprovam por partir sozinho. Mas o jovem esportista ignora esses temores. Ele quer exercer a sua paixão o mais perto possível da natureza, sem testemunhas. Uma vez equipado e seguro, o alpinista começa a subida em paz. A rocha parece receber o corajoso intruso de bom grado. Não se escuta nenhum ruído exceto a respiração regular do jovem.

O nome sublinhado é retomado várias vezes no texto. Assinale a retomada que mostra um significado mais geral.

- (A) o alpinista inveterado.
- (B) o jovem esportista.
- (C) o alpinista.
- (D) jovem.
- (E) corajoso intruso.

2

Nas frases abaixo há termos repetidos, que estão sublinhados e esses termos foram substituídos por sinônimos.

Assinale a frase em que a substituição ocorreu por um sinônimo de significado adequado.

- (A) A tranquilidade da tarde convida ao passeio; essa tranquilidade permite a cada um colocar-se em marcha / quietude.
- (B) É sempre uma alegria revê-lo; todos os membros de nossa família sentem essa alegria / convivência.
- (C) A ausência de teu irmão me preocupa; mas o que me preocupa sobretudo é que ele tem as chaves do carro / perturba.
- (D) Ficamos todos impressionados pela rapidez de sua corrida; sua rapidez humilhou os adversários / eficiência.
- (E) O novo maestro dirigiu esta música com energia; todos os espectadores saudaram a energia dessa interpretação / gestualidade.

3

Todas as frases abaixo mostram ações futuras.

Assinale a frase em que os termos sublinhados indicam, respectivamente, tempo anterior e tempo posterior.

- (A) A partir do momento em que você tiver compreendido o exercício, tudo irá melhor.
- (B) O regato certamente transbordará após cair a chuva desta noite.
- (C) Nós discutiremos todos esses resultados eleitorais quando a situação estiver mais tranquila.
- (D) Quando passarmos hoje à noite, deveremos ter vestido roupas mais quentes.
- (E) José poderá contar esta semana o que ele tiver conhecido durante a viagem.

4

Observe o narrador do seguinte texto narrativo:

Eu saí bruscamente, sem avisar a ninguém. Eu não levava nada. Estava vestido com um terno escuro e um sobretudo azul. Eu andava pela rua: as árvores, a calçada, alguns transeuntes. Ao desembocar na praça, percebi o ônibus. Acelerei o passo, atravessei correndo a rua e subi após alguns outros passageiros. O ônibus partiu. Eu me sentei ao fundo. Os vidros estavam cobertos de chuva. Duas pessoas estavam diante de mim, uma senhora, um homem que lia o jornal.

Sobre o narrador desse segmento, é correto afirmar que

- (A) o texto mostra claramente a diferença entre o autor e o narrador do texto.
- (B) o narrador é de ponto de vista interno, ou seja, os fatos e os personagens são vistos pelo olhar de um personagem.
- (C) o ponto de vista interno está ligado ao fato de o narrador ser identificado como o autor do texto.
- (D) o texto mostra um ponto de vista externo, ou seja, os fatos são narrados por um personagem que não participa da história.
- (E) o texto exemplifica um narrador onisciente, ou seja, o narrador tem todas as informações sobre os fatos e os personagens.

5

Entre as frases abaixo, assinale aquela que pertence ao modo descritivo de organização discursiva.

- (A) As maritacas do ninho do telhado despertaram cedo e começaram a fazer barulho de imediato.
- (B) Seus cantos incomodam por sua estridência e altura, mas fazem parte do cenário da casa.
- (C) Após partirem, deixam um pouco de saudade, mas voltam religiosamente ao final do dia e voltam a repousar no ninho.
- (D) Há anos que essas maritacas fazem seu ninho no meu telhado e, depois de algum tempo, abandonam tudo, mas deixam a certeza de que voltam.
- (E) Daqui a algum tempo voltarei a ouvir os seus cantos, o bater de suas asas e os guinchos dos filhotes até que tudo recomece.

6

Observe o seguinte texto:

Os tornados são de longe as tempestades mais violentas. São turbilhões de ar de uma tal força, que, em sua passagem, casas podem desmoronar como palitos de fósforo, e trens podem sair dos trilhos. Felizmente, os tornados (denominados ciclones por muitos) possuem um pequeno diâmetro.

Assinale a afirmação errada sobre esse fragmento textual.

- (A) Trata-se de um texto formulado por alguém que é possuidor de uma informação.
- (B) A explicação entre parênteses mostra a preocupação com a clareza da instrução.
- (C) Os exemplos citados sobre a violência dos tornados demonstram preocupação explicativa.
- (D) A estrutura narrativa é mostrada pela sucessão cronológica das ações citadas como exemplos.
- (E) Após o primeiro período, há justificativas para a afirmação inicial contida nesse período.

7

As frases abaixo mostram elementos sublinhados. Assinale a frase que mostra um elemento que indica a participação do autor do texto na mensagem veiculada.

- (A) A lei estabelece um prazo para o pagamento, de forma que ele seja possível.
- (B) As coisas já estiveram melhores, mas creio que há uma tendência de mudança.
- (C) Os novos veículos trazem controle automático de estabilidade nas curvas.
- (D) Os juízes garantiram que as eleições transcorreram numa normalidade absoluta.
- (E) A moto derrapou na calçada e chocou-se contra a vitrine da loja, mas felizmente ninguém ficou ferido.

8

Assinale a frase em que a modificação sugerida provoca mudança de sentido na frase original.

- (A) Houve uma tremenda festa na chegada dos jogadores / Na chegada dos jogadores houve uma tremenda festa.
- (B) Eles esperam chegar na hora certa / Eles esperam que cheguem a uma certa hora.
- (C) Eles pensam que têm razão / Eles pensam ter razão.
- (D) O diretor tomou a decisão de uma hora para outra / Repentinamente, o diretor tomou a decisão.
- (E) Delicadamente, o veterinário deslocou o filhote para a gaiola / O veterinário deslocou o filhote para a gaiola, com delicadeza.

9

Em cada opção a seguir há um conjunto de quatro palavras.

Assinale a opção em que há uma palavra que não pertence à mesma família das demais.

- (A) pão / padaria / panificador / padeiro.
- (B) manual / manipulação / manter / mão.
- (C) barbeiro / barba / barbicha / barbado.
- (D) narigudo / nasal / narina / nariz.
- (E) linha / linear / desalinhado / linho.

10

Leia a frase abaixo:

O pior que uma pessoa pode fazer em relação à verdade é conhecê-la e virar-lhe as costas.

Assinale a afirmativa adequada em relação à sua estruturação ou significado.

- (A) Os pronomes “la” e “lhe” se referem ao mesmo antecedente.
- (B) O termo “uma pessoa” tem significado específico.
- (C) Há um erro no emprego da crase em “à verdade”.
- (D) Na frase deveria estar escrito “conhecer-lhe” e não “conhecê-la”.
- (E) Em lugar de “virar-lhe” deveria estar escrito “virá-la”.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

11

Em um recurso de apelação julgado por Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso foram prolatados dois votos favoráveis ao apelante e um voto favorável ao apelado. À luz desse quadro, o Presidente da Câmara informou que procederia em harmonia com o disposto no Regimento Interno do Tribunal de Justiça.

Nesse caso, é correto afirmar que

- (A) o processo deve ser redistribuído à Seção de Direito Privado para a continuidade do julgamento.
- (B) os julgadores que já votaram não poderão rever seus votos no momento da complementação do julgamento.
- (C) deve ser solicitado ao Presidente do Tribunal de Justiça que designe outros dois Desembargadores para a continuidade do julgamento.
- (D) o próprio Presidente da Câmara deve realizar a convocação de outros julgadores junto à Câmara de Direito Privado previamente indicada.
- (E) o julgamento deve ser suspenso, para que os julgadores que já proferiram seus votos possam avaliar a possibilidade de alterá-los, e, em caso negativo, convocar outros julgadores.

12

João, servidor estável, ocupante de cargo de provimento efetivo no Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, foi aprovado em concurso público de provas e títulos e tomou posse em outro cargo público, com remuneração mais elevada, no âmbito da mesma estrutura estatal de poder, o que o levou a deixar o cargo anterior, que permanece vago. Ao fim do estágio probatório do novo cargo, foi considerado inabilitado.

Após analisar o regime jurídico a que está sujeito, João concluiu corretamente que ele será

- (A) exonerado.
- (B) reintegrado ao cargo de origem.
- (C) reconduzido ao cargo de origem.
- (D) transferido para o cargo de origem.
- (E) aproveitado em outro cargo, com atribuições e remuneração semelhantes às do cargo de origem.

13

Após muita dedicação ao serviço público, Maria, ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito do Estado de Mato Grosso, foi informada de que teria um aumento remuneratório em razão de sua passagem para uma referência imediatamente superior, dentro da mesma classe e categoria funcional a que pertence.

Na situação de Maria, em consonância com o regime jurídico dos servidores públicos estaduais, estamos perante

- (A) o acesso.
- (B) a ascensão.
- (C) a promoção.
- (D) a progressão.
- (E) a transposição.

14

No curso do estágio probatório, João, servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, foi acusado de prática de infração disciplinar de singular gravidade, o que levou à instauração de processo disciplinar. Ao fim do período de estágio probatório, constatou-se que João não satisfiz as condições exigidas, sendo exonerado. Paralelamente, o processo disciplinar ainda não tinha sido concluído.

Em situações dessa natureza, é correto afirmar que

- (A) como no regime disciplinar aplicável a João a exoneração é sinônimo de demissão, o processo disciplinar deve ser arquivado.
- (B) a exoneração de João fez cessar o vínculo funcional, daí decorrendo a exigência de arquivamento do processo disciplinar.
- (C) João foi corretamente exonerado, sendo que, ao fim do processo disciplinar, a exoneração será convertida em demissão, se for o caso.
- (D) como João foi exonerado, caso seja condenado no processo disciplinar, com a aplicação da sanção de demissão, isto não produzirá nenhum efeito.
- (E) João não poderia ter sido exonerado, pois isto somente poderia ocorrer após a conclusão do processo disciplinar e cumprimento da penalidade.

15

Em determinada relação processual em tramitação no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, o Desembargador revisor alvitrou a necessidade de serem adotadas três medidas:

- I. medidas ordinatórias do feito que foram omitidas;
- II. complementação do relatório; e
- III. pedido de dia para julgamento.

No que diz respeito às medidas passíveis de serem adotadas diretamente pelo revisor, é correto afirmar, à luz do Regimento Interno, que isto pode ocorrer em relação àquela(s)

- (A) referidas em I, II e III.
- (B) referida apenas em I.
- (C) referida apenas em II.
- (D) referidas apenas em I e III.
- (E) referidas apenas em II e III.

16

Após regular tramitação de processo disciplinar, foi aplicada a Ana, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito do Poder Judiciário, a sanção de suspensão. Em momento posterior, Ana tomou conhecimento de fatos novos que seriam, ao seu ver, suscetíveis de justificar a sua inocência.

Após analisar o regime jurídico a que estava sujeita, Ana concluiu corretamente que pode requerer a revisão do processo disciplinar

- (A) a qualquer tempo.
- (B) no prazo de três anos, a contar do exaurimento do prazo recursal.
- (C) antes do decurso de um ano, a contar do exaurimento do prazo recursal.
- (D) no mesmo prazo de prescrição da respectiva infração, sendo a prolação da decisão condenatória o termo *a quo*.
- (E) no mesmo prazo para o ajuizamento da ação rescisória, nos termos da legislação processual civil, sendo o trânsito em julgado administrativo o termo *a quo*.

17

Ao fim do ano X, foi constatado que em determinada Comarca do Estado de Mato Grosso foram distribuídos mais de mil processos, não computadas nesse número execuções fiscais e cartas precatórias. Ao constatar o ocorrido, o secretário do Juiz da Comarca informou os fatos a esse agente para a adoção das providências necessárias.

À luz do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Mato Grosso, a providência a ser adotada consiste em

- (A) solicitar designação de juiz substituto para o fim de auxiliar o juiz titular em razão do aumento do volume de trabalho.
- (B) comunicar o ocorrido à Corregedoria-Geral da Justiça para a adoção das providências necessárias à criação de nova unidade judicial.
- (C) instaurar correição ordinária de ofício, comunicando-se à Corregedoria-Geral da Justiça para a designação de servidor para acompanhar os trabalhos.
- (D) instaurar processo de gestão administrativa com o objetivo de aferir a produtividade dos servidores existentes na unidade judicial, para fins de solicitação de reforço.
- (E) oficiar ao Presidente do Tribunal de Justiça para que seja dimensionado o volume de serviço, em comparação com outros órgãos de competência similar, visando à criação de nova vara.

18

Por razões variadas, como a aposentadoria e a morte, houve drástica redução do número de servidores da Vara X da Comarca Alfa. Por tal razão, o respectivo Juiz de Direito decidiu solicitar o remanejamento de servidores da Vara Y da mesma Comarca, que sabidamente contava com um elevado número de servidores.

Nesse caso, à luz do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Mato Grosso, a solicitação deve ser encaminhada ao

- (A) Juiz Diretor do Fórum.
- (B) Conselho da Magistratura.
- (C) Corregedor-Geral da Justiça.
- (D) Juiz de Direito titular da Vara Y.
- (E) Presidente do Tribunal de Justiça.

19

Determinado Juiz de Direito do Estado de Mato Grosso constatou que o Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça não disciplinava uma situação que vinha se apresentando de modo recorrente na unidade judicial da qual era titular.

À luz do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso, é correto afirmar que o referido magistrado pode

- (A) apresentar proposta de alteração do código de normas por meio da comissão de participação legislativa.
- (B) editar portarias ou ordens de serviço, cuja eficácia pode vir a ser suspensa pelo Corregedor-Geral da Justiça.
- (C) editar portarias ou ordens de serviço, que somente terão eficácia após aprovação do Corregedor-Geral da Justiça.
- (D) propor ao Corregedor-Geral da Justiça a edição de portaria ou ordem de serviço complementar, fornecendo minuta da proposição.
- (E) despachar com o Corregedor-Geral da Justiça, que aprovará ou rejeitará, em decisão fundamentada, a proposta de regulamentação editada pelo magistrado.

20

O Chefe do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso recebeu solicitação, do Chefe do Poder Executivo do Município Alfa, situado no território do referido Estado, almejando a cessão de João, servidor daquela estrutura de poder.

Considerando a sistemática estabelecida pelo regime jurídico a que João está sujeito, é correto afirmar que

- (A) a cessão é vedada, pois somente pode ocorrer entre órgãos do Poder Executivo.
- (B) a cessão deve ser limitada a cinco anos, prorrogáveis por interesse da Administração Pública.
- (C) realizada a cessão, o ônus da remuneração de João deve ficar a cargo do Poder Judiciário de Mato Grosso.
- (D) realizada a cessão, é vedado que João ocupe cargo em comissão no Poder Executivo do Município Alfa.
- (E) somente é permitida a cessão caso o Poder Executivo do Município Alfa não tenha quadro de pessoal próprio.

MATEMÁTICA, RACIOCÍNIO LÓGICO E ESTATÍSTICA

21

Seja A o conjunto de todos os alunos da turma X da escola Y e $x \in A$. Considere as seguintes funções proposicionais:

$p(x)$: o aluno x sabe lógica.

$q(x)$: o aluno x sabe filosofia.

$r(x)$: o aluno x será aprovado no ano letivo de 2024.

A proposição composta “Qualquer que seja o aluno da turma X da escola Y , se ele sabe lógica ou sabe filosofia, então será aprovado no ano letivo de 2024” é melhor representada, em linguagem simbólica, por

- (A) $\exists x: (p(x) \wedge q(x) \rightarrow r(x))$
- (B) $\exists x: (p(x) \vee q(x) \rightarrow r(x))$
- (C) $\forall x: (p(x) \wedge q(x) \rightarrow r(x))$
- (D) $\forall x: (p(x) \vee q(x) \rightarrow r(x))$
- (E) $\exists x: (p(x) \vee q(x) \rightarrow r(x))$

22

Considere os conjuntos A , B e C tais que:

$A = \{\text{conjunto dos múltiplos inteiros e positivos de } 3\}$;

$B = \{\text{conjunto dos múltiplos inteiros e positivos de } 8\}$;

$C = \{\text{conjunto dos múltiplos inteiros e positivos de } 12\}$.

É correto afirmar que $A \cap C - B$ corresponde ao conjunto

- (A) dos múltiplos inteiros e positivos de 12.
- (B) dos múltiplos inteiros e positivos de 24.
- (C) dos números inteiros e positivos que, divididos por 24, deixam resto 12.
- (D) dos números inteiros e positivos que, divididos por 24, deixam resto 6.
- (E) vazio.

23

Mauro possui dois mapas do estado de Mato Grosso. No mapa M_1 , o estado está representado na escala 1 : 1.250.000. No mapa M_2 , a representação é feita na escala 1 : 500.000.

Com relação às áreas cobertas pelas representações do estado nos mapas, é correto concluir que a área em M_1 é

- (A) 6,25 vezes menor que a área em M_2 .
- (B) 2,50 vezes menor que a área em M_2 .
- (C) 1,25 vezes menor que a área em M_2 .
- (D) 2,50 vezes maior que a área em M_2 .
- (E) 6,25 vezes maior que a área em M_2 .

24

As idades de Aluísio, Benício, Cláudio, Danilo e Evaldo somadas dão 216 anos. Sabe-se que:

- Danilo tem 2 anos a mais que Evaldo;
- Evaldo tem 3 anos a menos que Benício;
- Cláudio tem 5 anos a mais que Danilo;
- a média aritmética das idades de Aluísio e Danilo é a idade de Benício.

Entre os 5 indivíduos citados, aquele que tem 43 anos é

- (A) Aluísio.
- (B) Benício.
- (C) Cláudio.
- (D) Danilo.
- (E) Evaldo.

25

Em uma caixa, há 1 bola branca, 2 bolas azuis e 3 bolas vermelhas. As bolas serão retiradas ao acaso, uma a uma, sem serem repostas, até que, pela primeira vez, entre as bolas retiradas, haja duas de uma mesma cor.

A probabilidade de que isso ocorra na 3ª retirada é

- (A) 9/60.
- (B) 10/60.
- (C) 11/60.
- (D) 12/60.
- (E) 13/60.

26

Os ringues usados nas lutas de MMA (*Mixed Martial Arts*) têm, em geral, o formato de octógonos regulares.

Considere que AB , BC , CD , DE , EF , FG , GH e HA sejam os lados de um desses octógonos, sendo A , B , C , D , E , F , G e H seus vértices.

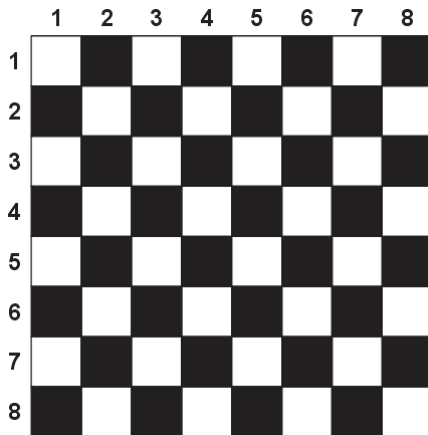
Dois lutadores estão dentro desse ringue, parados em vértices distintos, de modo que a distância entre eles é a maior possível.

Desprezando-se as dimensões dos lutadores, eles podem estar nos vértices

- (A) D e H.
- (B) C e F.
- (C) A e G.
- (D) B e E.
- (E) D e G.

27

Os tabuleiros utilizados para jogos de damas e de xadrez são objetos quadrados divididos em linhas e colunas formando uma matriz 8 x 8. Cada uma das casas do tabuleiro corresponde a posições na matriz. As linhas (L) são numeradas de 1 a 8, de cima para baixo e as colunas (C) são numeradas de 1 a 8, da esquerda para a direita, conforme ilustra a figura a seguir.



Cada casa do tabuleiro tem uma única cor definida como segue:

$$\text{cor da casa} = \begin{cases} \text{branca, se } L + C \text{ é par} \\ \text{preta, se } L + C \text{ é ímpar} \end{cases}$$

Se, na definição das cores das casas do tabuleiro apresentada acima, ambas as operações de adição fossem trocadas por operações de multiplicação, o tabuleiro passaria a ter

- (A) 8 casas brancas e 56 casas pretas.
- (B) 16 casas brancas e 48 casas pretas.
- (C) 24 casas brancas e 40 casas pretas.
- (D) 36 casas brancas e 28 casas pretas.
- (E) 48 casas brancas e 16 casas pretas.

28

Um corpo com dimensões desprezíveis está em uma posição do plano cartesiano descrita pelo ponto $P_0 = (0, b)$.

Partindo de P_0 , esse corpo se move 3 unidades no sentido positivo do eixo das abscissas (eixo x) e 1 unidade no sentido negativo do eixo das ordenadas (eixo y) e, com isso, alcança o ponto P_1 . A partir de P_1 , esse corpo se move 2 unidades no sentido positivo do eixo x e 2 unidades no sentido negativo do eixo y e, com isso, alcança o ponto $P_2 = (a, 0)$.

É correto concluir que a soma $b + a$ é igual a

- (A) 4.
- (B) 5.
- (C) 6.
- (D) 7.
- (E) 8.

29

De todas as possíveis sequências de 4 dígitos distintos formadas exclusivamente com os elementos do conjunto $A = \{1, 2, 3, 4\}$, aquelas em que a soma do primeiro dígito com o último dígito dá o mesmo resultado que a soma dos demais dígitos totalizam

- (A) 2 sequências.
- (B) 4 sequências.
- (C) 6 sequências.
- (D) 8 sequências.
- (E) 12 sequências.

30

Num certo domingo, Mariana separou R\$ 60,00 em uma caixinha com a intenção de, a cada dia da semana, dar exatos R\$ 7,00 para que Bernardo, seu filho, gaste com o lanche na cantina da escola.

No dia seguinte, ela entregou os R\$ 7,00 a seu filho, mas ele gastou apenas R\$ 2,00 e guardou o restante. Essa sequência de eventos se repetiu, diariamente, até sábado, quando Bernardo acumulou

- (A) um valor R\$ 10,00 menor do que ainda restava à Mariana.
- (B) um valor R\$ 5,00 menor do que ainda restava à Mariana.
- (C) um valor igual ao que ainda restava à Mariana.
- (D) um valor R\$ 12,00 maior do que ainda restava à Mariana.
- (E) um valor R\$ 24,00 maior do que ainda restava à Mariana.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31

A associação privada Alfa, qualificada como organização da sociedade civil de interesse público, celebrou termo de parceria com o Poder Público, estando sujeita, por conseguinte, à fiscalização do objeto da parceria e ao acompanhamento dos resultados alcançados.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 9.790/1999, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os responsáveis pela fiscalização do termo de parceria, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública pela organização parceira, darão imediata ciência ao Tribunal de Contas respectivo e ao Ministério Público, sob pena de responsabilidade subsidiária pelos danos causados ao erário.
- II. A execução do objeto do termo de parceria será acompanhada e fiscalizada por órgão do Poder Público da área de atuação correspondente à atividade fomentada, e pelos Conselhos de Políticas Públicas das áreas correspondentes de atuação existentes, em cada nível de governo.
- III. Os resultados atingidos com a execução do termo de parceria deverão ser analisados por comissão de avaliação, composta de comum acordo entre o órgão parceiro e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.790/1999, está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

32

Jonas, oficial de justiça, encaminhava-se à sede da Comarca Alfa com o objetivo de iniciar as atividades no plantão judiciário. Contudo, durante o trajeto, determinado agente de trânsito, constatando que Jonas realizou ultrapassagem em local proibido, acabou por multá-lo. Registre-se que a multa aplicada pelo agente de trânsito não teve qualquer relação com as funções públicas desempenhadas por Jonas.

Nesse cenário, considerando os entendimentos doutrinário e jurisprudencial dominantes, a atuação do agente de trânsito é uma manifestação do poder

- (A) regulamentar.
- (B) hierárquico.
- (C) normativo.
- (D) disciplinar.
- (E) de polícia.

33

Maria, pessoa com deficiência e servidora do Tribunal de Justiça do Estado Alfa, está grávida do seu primeiro filho. Assim sendo, ela buscou informações precisas sobre os direitos que detém.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 13.146/2015, é **incorreto** afirmar que compete ao SUS desenvolver ações destinadas à prevenção de deficiências por causas evitáveis, inclusive por meio de

- (A) aprimoramento do atendimento neonatal, salvo por intermédio de mecanismos de telessaúde, com a oferta de ações e serviços de prevenção de danos cerebrais e sequelas neurológicas em recém-nascidos.
- (B) promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis, vigilância alimentar e nutricional, prevenção e cuidado integral dos agravos relacionados à alimentação e nutrição da mulher e da criança.
- (C) acompanhamento da gravidez, do parto e do puerpério, com garantia de parto humanizado e seguro.
- (D) aprimoramento e expansão dos programas de imunização e de triagem neonatal.
- (E) identificação e controle da gestante de alto risco.

34

Matheus, servidor público no âmbito do Estado Alfa, responde, em juízo, pela prática de ato de improbidade administrativa, sob o fundamento de que teria praticado conduta que importou em enriquecimento ilícito. No curso do processo, Matheus foi informado, por seu patrono, da existência de um pedido incidental do Ministério Público, pendente de apreciação judicial, para que seja decretada a indisponibilidade de seus bens. Matheus buscou, então, informações sobre a temática.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, as afirmativas a seguir estão corretas, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) A ordem de indisponibilidade de bens deverá priorizar o bloqueio de contas bancárias, e, apenas na inexistência dessas, recair sobre veículos de via terrestre, bens imóveis, bens móveis em geral, semoventes, navios e aeronaves, ações e quotas de sociedades simples e empresárias, pedras e metais preciosos, de forma a garantir a subsistência do acusado e a manutenção da atividade empresária ao longo do processo.
- (B) A indisponibilidade de bens poderá ser decretada sem a oitiva prévia do réu, sempre que o contraditório prévio puder comprovadamente frustrar a efetividade da medida ou houver outras circunstâncias que recomendem a proteção liminar, não podendo a urgência ser presumida.
- (C) O valor da indisponibilidade considerará a estimativa de dano indicada na petição inicial, permitida a sua substituição por caução idônea, por fiança bancária ou por seguro-garantia judicial, a requerimento do réu, bem como a sua readequação durante a instrução do processo.
- (D) A indisponibilidade recairá sobre bens que assegurem exclusivamente o integral ressarcimento do dano ao erário, sem incidir sobre os valores a serem eventualmente aplicados a título de multa civil ou sobre acréscimo patrimonial decorrente de atividade lícita.
- (E) Da decisão que deferir ou indeferir a medida relativa à indisponibilidade de bens caberá agravo de instrumento.

35

À luz das disposições constitucionais que versam sobre a prática de crime de responsabilidade por parte do Presidente da República, no contexto do controle e responsabilização da administração, é correto afirmar que compete privativamente

- (A) à Câmara dos Deputados autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente, sendo certo que o processamento e o julgamento efetivo ocorrerão no âmbito do Supremo Tribunal Federal.
- (B) ao Congresso Nacional autorizar, por maioria absoluta de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente, sendo certo que o processamento e o julgamento efetivo ocorrerão no âmbito do Supremo Tribunal Federal.
- (C) ao Senado Federal autorizar, por maioria absoluta de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente, sendo certo que o processamento e o julgamento efetivo ocorrerão no âmbito da Câmara dos Deputados.
- (D) à Câmara dos Deputados autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente, sendo certo que o processamento e o julgamento efetivo ocorrerão no âmbito do Senado Federal.
- (E) ao Senado Federal autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente, sendo certo que o processamento e o julgamento efetivo ocorrerão no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

36

A sociedade empresária XYZ celebrou contrato administrativo com o Estado Alfa. Iniciada a execução do contrato, surgiram dúvidas, por parte da contratada, sobre determinadas obrigações e responsabilidades inerentes à contratação. Dessa forma, a entidade privada procurou o auxílio de um especialista na matéria. De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir.

- I. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.
- II. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.
- III. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

37

Mário, oficial de justiça, compareceu, após determinação judicial, ao imóvel de Joana, com o objetivo de intimá-la sobre a existência de um processo penal no âmbito do qual ela fora arrolada como testemunha de acusação. Contudo, Mário não a encontrou. Assim sendo, o servidor público juntou ao processo uma certidão declarando que não foi possível localizar a testemunha no endereço declinado nos autos.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante, é correto afirmar que a referida certidão é um ato administrativo

- (A) de consentimento.
- (B) enunciativo.
- (C) ordinatório.
- (D) de verificação.
- (E) normativo.

38

Após o regular processo licitatório vencido pela sociedade empresária Beta, o Poder Público busca, em observância às formalidades legais, celebrar contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada, com a referida entidade privada. Contudo, antes da assinatura do pacto, surgiram dúvidas sobre a necessidade de constituição de uma sociedade de propósito específico para gerir o objeto da parceria.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 11.079/2004, é correto afirmar que

- (A) no prazo máximo de cento e oitenta dias, contado da celebração do contrato administrativo, poderá ser constituída sociedade de propósito específico, incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria.
- (B) a sociedade de propósito específico deverá obedecer a padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas, conforme regulamento.
- (C) faculta-se à Administração Pública, à luz de critérios de conveniência e oportunidade, constituir sociedade de propósito específico para gerir o objeto da parceria.
- (D) a sociedade de propósito específico assumirá a forma de empresa pública, proibida a negociação de valores mobiliários no mercado.
- (E) fica vedado ao parceiro privado ser titular da maioria do capital votante da sociedade de propósito específico.

39

Maria, filha de pais brasileiros e nascida no território brasileiro, foi acusada, no Brasil, da prática do crime de tráfico ilícito internacional de substâncias entorpecentes. Informações preliminares indicavam que Maria integrava uma organização criminosa de caráter transnacional que vinha sistematicamente abastecendo mercados da Europa e da Ásia com entorpecentes, tendo diversos mandados de prisão expedidos contra si em inúmeros países. Apesar de responder ao processo criminal em liberdade, Maria, preocupada com a possibilidade de vir a ser presa em território brasileiro, almejava renunciar à nacionalidade brasileira, única que possuía, com o objetivo de facilitar a sua naturalização no País X.

Ao consultar um especialista na matéria, foi corretamente esclarecido a Maria que a nacionalidade brasileira

- (A) é irrenunciável.
- (B) pode ser suspensa, mas não pode ser renunciada.
- (C) será automaticamente perdida quando ela se naturalizar no País X.
- (D) não pode ser objeto de renúncia na sua situação em particular.
- (E) será perdida com o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

40

Logo após ser empossado, o Secretário de Saúde do Município Alfa solicitou que sua assessoria promovesse o levantamento dos recursos a serem utilizados em ações e serviços públicos de saúde no respectivo exercício financeiro, mais especificamente se, nos termos da Constituição da República, a União deveria direcionar aos Municípios parte dos seus recursos vinculados à saúde, visando à redução das disparidades regionais.

Foi corretamente esclarecido ao Secretário de Saúde que

- (A) a União somente direciona esses recursos aos Estados, cabendo a estes o direcionamento aos Municípios situados em seu território.
- (B) a União deve direcionar esses recursos aos entes subnacionais, conforme critérios de rateio estabelecidos em lei complementar.
- (C) os únicos recursos que a União direciona aos Municípios são os oriundos da repartição das receitas tributárias, cuja aplicação será definida pelo ente destinatário.
- (D) a destinação desses recursos pela União ocorrerá mediante transferências voluntárias, com montantes e objetivos definidos em acordos celebrados com cada Município.
- (E) a lei que definir o percentual da receita corrente líquida a ser aplicado na área de saúde por todos os entes federativos definirá o montante a ser repassado aos Municípios.

41

Ana, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito da administração pública federal, teve a sua aposentadoria voluntária deferida após o preenchimento dos requisitos exigidos pela ordem jurídica. Em momento posterior, foi informada de que o respectivo processo administrativo tinha sido encaminhado para a apreciação do Tribunal de Contas da União.

Por ter dúvidas se o referido Tribunal estava adstrito à observância de algum prazo para a realização de sua análise, no sentido de registrar, ou não, o ato de aposentadoria, Ana consultou a sistemática vigente, tendo concluído corretamente que

- (A) não há prazo para a análise do ato de concessão inicial de aposentadoria, que pode ser registrado, ou não, a qualquer tempo.
- (B) a análise deve ser ultimada nos cinco anos subsequentes à expedição do ato de aposentadoria, caso contrário, ele será considerado registrado.
- (C) a análise deve ser ultimada nos cinco anos subsequentes ao ingresso do processo administrativo no âmbito do Tribunal, caso contrário, o ato de aposentadoria será considerado registrado.
- (D) os vícios de forma devem ser analisados no prazo de cinco anos, a contar do deferimento da aposentadoria, enquanto os vícios que acarretem a nulidade do ato podem ser detectados a qualquer tempo.
- (E) embora não haja prazo para a análise do ato de concessão inicial da aposentadoria, ultrapassados cinco anos do ingresso no Tribunal de Contas, a negativa de registro exige a observância das garantias do contraditório e da ampla defesa.

42

Com o objetivo de cobrir as despesas realizadas e estabelecer uma divisão justa e equânime do custeio do serviço de prevenção e extinção de incêndios, foi editada, no âmbito do Estado Alfa, a Lei estadual nº X. De acordo com esse diploma normativo, o Estado seria subdividido em regiões, com extensão sobreposta a cada Município, sendo que o valor da taxa, devido pelos proprietários de imóveis situados em cada região, seria influenciado pela dimensão da propriedade e pela frequência com que moradores da região usaram o serviço no ano imediatamente anterior.

Irresignado com o teor da Lei estadual nº X, o presidente de uma associação de moradores solicitou que sua assessoria analisasse a conformidade constitucional desse diploma normativo, sendo-lhe corretamente esclarecido que o referido serviço

- (A) deve ser custeado com a receita de impostos, não com a instituição de taxa para esse fim.
- (B) deve ser custeado por meio de taxa, mas o critério estabelecido afronta a isonomia.
- (C) por ser tratar de serviço de interesse coletivo, não pode ser custeado com a receita de tributos.
- (D) pode ser custeado por meio de taxa, mas o critério estabelecido não observa o princípio da proporcionalidade.
- (E) pode ser custeado por meio de taxas ou de impostos, a juízo do poder tributante, sendo que o critério estabelecido atende à capacidade contributiva.

43

Após ampla mobilização da sociedade civil organizada, foi editada, no âmbito do Estado Sigma, a Lei estadual nº X, dispondo que os produtos oriundos do exterior não poderiam permanecer estocados no Município de chegada por prazo superior a cinco dias úteis, ressalvada a existência de autorização expressa da Secretaria Estadual de Saúde. Após a sua edição, esse diploma normativo foi elogiado por alguns setores econômicos e criticado por outros, que o consideravam inconstitucional por vício de competência.

Considerando os balizamentos estabelecidos pela Constituição da República, é correto afirmar que esse diploma normativo

- (A) versa sobre típico interesse local, logo, afronta a competência legislativa municipal.
- (B) versa sobre proteção à saúde, de competência legislativa concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal.
- (C) decorre da competência legislativa residual do Estado Sigma, pois nenhum ente federativo possui competência legislativa expressa para legislar sobre estocagem.
- (D) versa sobre matéria de competência legislativa privativa da União, o que exigiria a edição de lei complementar federal autorizativa para que Sigma pudesse discipliná-la.
- (E) versa sobre estocagem, de competência legislativa privativa da União, logo, não é permitido sequer que outro ente federativo seja autorizado a legislar sobre a matéria.

44

João, servidor ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito do Estado Alfa, em exercício contínuo há uma década, recebeu conceito baixo no procedimento de avaliação periódica de desempenho a que foi submetido, o que decorria da falta de diligência com que se conduzia em suas atividades regulares. Apesar de ser indiferente a essa avaliação, ficou preocupado com os comentários de um colega no sentido de que esse procedimento, preenchidos os requisitos estabelecidos pela ordem jurídica, poderia acarretar a perda do seu cargo.

Após analisar a Constituição da República de 1988, João concluiu corretamente que o referido procedimento

- (A) está previsto em norma constitucional de eficácia plena e aplicabilidade imediata, gerando a consequência descrita por seu colega.
- (B) pode ter o desfecho referido pelo seu colega, o que exige que seja realizado na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
- (C) somente pode acarretar a exoneração do servidor em estágio probatório, não a perda do cargo de um servidor na sua situação estatutária.
- (D) não pode acarretar a perda do cargo, pois, em se tratando de servidor estável, é exigida sentença penal condenatória transitada em julgado.
- (E) não pode ser considerado, por si só, causa eficiente para a perda do cargo, o que exige a caracterização de infração disciplinar e a condenação em processo próprio.

45

Em razão da possível caracterização de uma situação de calamidade pública de âmbito nacional, foram iniciadas discussões, entre os partidos políticos com representatividade nas Casas do Congresso Nacional, em relação às questões procedimentais envolvendo o estado de calamidade pública.

Com a análise da sistemática constitucional, os líderes partidários concluíram corretamente que

- (A) como a matéria deve ser disciplinada em lei complementar, o Presidente da República não pode editar medida provisória com esse objetivo.
- (B) por se tratar de matéria de competência exclusiva do Congresso Nacional, o ato a ser editado não carece de sanção do Presidente da República.
- (C) o referido estado de calamidade pública deve ser decretado pelo Presidente da República, competindo ao Congresso Nacional aprová-lo, ou não.
- (D) a matéria é de iniciativa legislativa privativa do Presidente da República, que deve submetê-la ao Congresso Nacional sob a forma de projeto de lei ordinária.
- (E) qualquer Deputado Federal ou Senador tem legitimidade para apresentar a proposição legislativa ao Congresso Nacional, sendo que o Presidente da República não participa do processo legislativo.

46

O Partido Político Alfa, com representação apenas na Câmara dos Deputados, ajuizou ação declaratória de constitucionalidade tendo por objeto a Lei estadual nº X, do Estado Sigma, cuja aplicação vinha sendo desautorizada por diversas decisões proferidas em primeira e em segunda instâncias do Poder Judiciário, sob o argumento de que esse diploma normativo seria inconstitucional.

O relator do feito no âmbito do Supremo Tribunal Federal não admitiu a intervenção de terceiros, sendo que algumas instituições almejavam sustentar a inconstitucionalidade da Lei estadual nº X, e outras a sua constitucionalidade. Por fim, o relator não acolheu o pedido de desistência da ação formulado por Alfa, que passara a entender não ser politicamente conveniente prosseguir com o processo objetivo.

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que essa narrativa

- (A) não apresenta nenhuma incorreção.
- (B) somente apresenta incorreção em relação ao autor da ação.
- (C) somente apresenta incorreção em relação ao objeto da ação.
- (D) somente apresenta incorreção em relação à não admissão da intervenção de terceiros.
- (E) somente apresenta incorreção em relação ao não acolhimento do pedido de desistência.

47

Mário é proprietário e diretor de uma empresa de transporte de passageiros e mantém uma frota de veículos operada por motoristas contratados. Em um determinado dia, um dos motoristas, João, que conduzia um ônibus da empresa em horário de trabalho, se envolveu em um acidente de trânsito, colidindo com o carro de Paula, que estava estacionado regularmente. Conforme demonstrado, João fez uma manobra brusca para evitar o atropelamento de uma criança que atravessou a via de repente. O acidente causou danos significativos ao carro de Paula e lesões leves em um pedestre que estava nas proximidades. Paula e o pedestre decidiram acionar judicialmente a empresa de Mário, buscando reparação pelos danos materiais e morais sofridos.

Diante da situação hipotética narrada, analise as assertivas a seguir.

- I. O ato de João é lícito, uma vez que ele realizou a manobra para evitar o atropelamento de uma criança. No entanto, a empresa de Mário tem o dever de indenizar os danos sofridos por Paula e pelo pedestre, visto serem consumidores por equiparação e não terem dado causa ao perigo.
- II. Como João agiu para evitar um dano maior, seu ato é lícito e, por isso, nem ele nem a empresa de Mário têm obrigação de indenizar os danos sofridos por Paula e pelo pedestre.
- III. Paula e o pedestre não são considerados consumidores no caso, pois não estavam diretamente utilizando o serviço de transporte fornecido pela empresa e nem praticaram ato de consumo. Assim, deverão buscar a reparação dos danos em conformidade com o Código Civil.
- IV. Paula e o pedestre são considerados consumidores por equiparação, mas não haverá o dever de indenizar em razão do caso fortuito, pois o acidente foi causado por um evento inesperado.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) IV, apenas.

48

Matheus, viúvo e pai de três filhas, Ana, Bruna e Carla, decide planejar a sua sucessão *mortis causa*. Matheus tem três bens relevantes que compõem o ativo de seu patrimônio: (i) um apartamento, avaliado em R\$1.000.000,00; (ii) um terreno, avaliado em R\$500.000,00; e (iii) valores mobiliários, avaliados em R\$300.000,00.

Avesso à figura do testamento, Matheus decide doar cada um de seus bens às suas filhas, com cláusula de reserva de usufruto vitalício a seu favor. A sua intenção é doar o imóvel a Ana, o terreno a Bruna e os valores mobiliários a Carla.

Diante desse caso, é correto afirmar que

- (A) os três contratos de doação são válidos e eficazes e em cada um deles é desnecessário o consentimento das outras filhas do doador.
- (B) a doação a favor de Ana é nula, porque inoficiosa, superando o que o doador poderia dispor em testamento.
- (C) a doação a favor de Bruna e Carla são válidas, mas somente produzirão efeitos se Ana consentir com o ato de liberalidade.
- (D) são inválidas todas as doações de ascendente para descendente, porque importam em antecipação de herança, cuja prática é proibida por lei.
- (E) são válidos os contratos de doação de ascendente para descendente, mas em caso de falecimento do donatário, os bens retornam ao patrimônio do doador.

49

A empresa aérea VOO FELIZ S.A. celebrou um contrato de fornecimento de combustível com a empresa Distribuidora Legal Ltda., visando ao abastecimento de querosene de aviação por um prazo de dez anos. O contrato estipulava o fornecimento mensal de 1.000.000 de litros de querosene, a um preço fixo de R\$ 4,00 por litro, com reajustes anuais de acordo com o índice oficial de inflação. Três anos após a assinatura do contrato, uma crise internacional inesperada provocou um aumento extraordinário e imprevisível no preço do petróleo, impactando o preço do querosene no mercado interno, que subiu para R\$ 12,00 por litro. Em razão desse aumento expressivo, a Distribuidora Legal Ltda. alega ser financeiramente inviável continuar a fornecer o combustível nas condições estabelecidas e busca respaldo jurídico para revisar o contrato.

Com base na situação hipotética apresentada, é correto afirmar que

- (A) a Distribuidora Legal Ltda. tem o direito de rescindir automaticamente o contrato devido aos acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, independentemente de decisão judicial.
- (B) o contrato não pode ser modificado judicialmente, pois prevalece o princípio da intervenção mínima nos contratos, impedindo a revisão das condições estabelecidas.
- (C) a Distribuidora Legal Ltda. pode solicitar judicialmente a resolução do contrato com fundamento na onerosidade excessiva, mas a Voo Feliz S.A. tem o direito de evitar a rescisão ao concordar com uma modificação das condições contratuais para reequilibrar as obrigações.
- (D) a Distribuidora Legal Ltda. só poderá solicitar a rescisão do contrato caso tenha inserido uma cláusula resolutiva expressa no contrato, prevendo a resolução por aumento excessivo nos preços de insumos.
- (E) em razão da imprevisibilidade da crise e do aumento no custo dos insumos, a Distribuidora Legal Ltda. poderá revisar o contrato sem necessidade de interferência judicial, bastando comunicar formalmente a alteração das condições à Voo Feliz S.A.

50

Policarpo Matraga, aos dezesseis anos e dois meses de idade, órfão de mãe e de pai desconhecido, foi emancipado judicialmente com o consentimento de sua avó materna, Lourdes, que exercia a função de tutora. Três meses após a emancipação, Policarpo firmou, com uma grande empreiteira, um contrato para a aquisição de um imóvel de alto valor situado em renomado condomínio residencial na cidade de Cuiabá, MT. Dada a magnitude do valor da transação, a ser quitado em dez prestações, o diretor-geral da empreiteira consultou o departamento jurídico sobre a validade do contrato.

Em relação a essa situação hipotética, é correto afirmar que

- (A) apesar da emancipação judicial, a aquisição de imóveis depende da anuência do Ministério Público, visto que Policarpo continua adolescente.
- (B) a legislação vigente exige a anuência do tutor, pois Policarpo é juridicamente um menor, circunstância que o submete à tutela estatal.
- (C) a emancipação é irrelevante para a celebração de contratos de compra e venda de imóveis, que dependerá de aprovação judicial para sua eficácia.
- (D) a emancipação judicial concede capacidade de exercício plena a Policarpo, tornando válido e eficaz o contrato com a empreiteira.
- (E) a emancipação judicial é limitada à gestão patrimonial, não permitindo a assunção de altos valores financeiros.

51

Ana Bei e Denis Pitta casaram-se, no ano de 2013, sob o regime de separação de bens, estabelecendo residência em um imóvel rural de trinta hectares localizado na zona rural de Nova Nazaré, MT, adquirido por Denis antes do casamento como parte de uma herança materna. Em 2019, o casal separou-se de fato, e Ana permaneceu no bem com os dois filhos. Desde então, Ana continuou a atividade de cultivo de grãos na propriedade, o que garantiu sustento aos filhos. Importante mencionar que, desde a separação, não se tem notícias do paradeiro de Denis. Com o avanço da agricultura no Estado, Ana deseja regularizar a situação jurídica do imóvel, que permanece registrado em nome de Denis, visto que ela não possui qualquer outro bem imóvel.

Na situação descrita, é correto afirmar que

- (A) com o abandono do lar, o Código Civil garante à Ana o direito a usucapião familiar após cinco anos de posse interrupta.
- (B) desde que demonstre o justo título e a boa-fé, Ana poderá adquirir pela usucapião ordinária após dez anos ininterruptos e sem oposição.
- (C) como se trata de imóvel rural produtivo de trinta hectares, Ana poderá adquirir pela usucapião após cinco anos ininterruptos e sem oposição.
- (D) a falta de paradeiro de Denis torna impossível a usucapião, salvo na modalidade extraordinária, após quinze anos de posse interrupta.
- (E) o casamento entre Ana e Denis suspende o prazo da prescrição aquisitiva, sendo necessário o divórcio para o início de eventual direito à usucapião.

52

Júlio é proprietário de uma fazenda que inclui uma área de plantio, uma nascente de água natural e uma estrada particular que dá acesso a um açude construído para abastecimento da propriedade. Com o passar dos anos, Júlio fez benfeitorias permanentes no terreno, como um celeiro e sistemas de irrigação automatizados. Recentemente, Júlio vendeu parte de sua propriedade, incluindo o açude, mas manteve a nascente e a área de plantio. Diante dessa situação, Júlio consultou um advogado para esclarecer a classificação dos bens envolvidos em sua fazenda, a fim de evitar dúvidas sobre os direitos e a propriedade dos bens restantes.

Com base no Código Civil Brasileiro, assinale a afirmativa correta acerca da classificação dos bens envolvidos na fazenda de Júlio.

- (A) O açude é considerado bem móvel, pois pode ser removido da propriedade sem alterar a substância do terreno.
- (B) A nascente de água natural é um bem imóvel por natureza, enquanto a estrada particular é um bem acessório vinculado ao terreno.
- (C) O sistema de irrigação automatizado é um bem móvel, pois pode ser retirado do imóvel sem afetar a sua integridade.
- (D) As benfeitorias realizadas na fazenda, como o celeiro, são bens móveis por acessão, pois podem ser removidas pelo proprietário sem prejuízo à área de plantio.
- (E) A área de plantio é um bem consumível, pois a produção agrícola depende do uso constante da terra.

53

João ajuizou ação indenizatória em face de Maria, pleiteando indenização por danos morais em razão de difamação alegadamente sofrida em razão de conduta ilícita.

Ao final do processo, o juiz proferiu sentença julgando improcedente o pedido de João. Inconformado, João interpôs recurso de apelação, com o intuito de obter a reforma da sentença.

O juiz, ao analisar os autos com o intuito de determinar a intimação de Maria para apresentar contrarrazões, verificou haver pequeno erro material na sentença, consistente em mencionar a data errada do evento alegadamente danoso.

Diante dessa situação, o juiz

- (A) deverá remeter os autos ao tribunal, sem possibilidade de modificar a sentença, ante a preclusão consumativa.
- (B) poderá corrigir de ofício o erro material na sentença, independentemente da interposição de recurso por João.
- (C) preliminarmente, deverá intimar as partes para se manifestarem sobre o erro material antes de corrigi-lo.
- (D) realizará o juízo de admissibilidade do recurso de apelação e, sendo positivo tal juízo, determinará a remessa dos autos ao Tribunal para apreciar o recurso.
- (E) intimará as partes para se manifestarem e, havendo concordância de ambas, poderá corrigir o erro material antes de remeter os autos ao Tribunal de Justiça.

54

A União foi condenada ao pagamento de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) em favor de João, servidor público estatutário, referente a férias não gozadas.

Regularmente intimada em sede de cumprimento de sentença quanto ao valor de R\$ 62.000,00 (sessenta e dois mil reais), a União ofertou impugnação, sustentando ser indevido o pagamento de qualquer valor em favor de João, pois esse poderia gozar as férias nos próximos dois anos civis, e não ofertou garantia do juízo.

O ente federal também defendeu em sua impugnação que João está executando montante excessivo, pois, em seu entender, o índice de juros e correção monetária apresentado por João é inaplicável ao caso.

Em tal hipótese, é correto afirmar que

- (A) a impugnação da União não deve ser conhecida em relação à inexistência do dever de efetuar o pagamento, uma vez que se trata de matéria de mérito, o qual já foi decidido e está acobertado pela coisa julgada.
- (B) o juízo deverá intimar a União para, querendo, oferecer garantia do juízo, com vistas a obter o efeito suspensivo em sua impugnação ao cumprimento de sentença.
- (C) João deverá ser intimado a oferecer resposta à impugnação, pois que a Fazenda Pública pode alegar qualquer questão a qualquer tempo, inexistindo vício processual na hipótese.
- (D) a impugnação não poderá ser conhecida, eis que a União não ofertou a garantia do juízo, necessária para fins de admissibilidade de sua defesa.
- (E) rejeitadas as alegações da União, será determinada a expedição do respectivo precatório, dado o valor exequendo, qual é superior a 40 (quarenta) salários-mínimos.

55

Regina, Luzia e mais 20 (vinte) professoras do Estado Alfa ajuizaram uma ação em face do ente público, todas requerendo a inclusão da verba X em sua remuneração.

Regularmente citado, o Estado Alfa requereu a limitação do litisconsórcio ativo, pedido esse que foi acolhido pelo juízo, o qual desmembrou o processo em cinco processos distintos e os reuniu para julgamento conjunto.

Ao final da fase instrutória, o juiz proferiu sentença única, julgando procedente o pedido formulado pelas professoras.

Acerca do caso relatado, é correto afirmar que

- (A) com o requerimento de limitação de litisconsórcio, houve suspensão do prazo de resposta do Estado Alfa, que começou a contar a partir da intimação da decisão que o solucionou.
- (B) não é cabível o desmembramento de litisconsórcio promovido pelo juízo, posto se tratar de litisconsórcio ativo necessário, diante da natureza da relação jurídica travada entre o Estado Alfa e as professoras.
- (C) o requerimento de redução do litisconsórcio multitudinário pode ser acolhido quando tal litisconsórcio comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou o cumprimento da sentença.
- (D) a petição inicial deveria ter sido indeferida, pois o Código de Processo Civil limita textualmente a 5 (cinco) o total de litisconsortes ativos, não sendo cabível o ajuizamento do feito por 21 (vinte e um) autores, como no caso.
- (E) os litisconsortes em cada um dos processos são considerados, em suas relações com a parte adversa como litigantes distintos, mesmo no litisconsórcio unitário, caso em que os atos e as omissões prejudicarão os outros.

56

João interpôs agravo de instrumento em face de decisão interlocutória que indeferiu o pedido de tutela antecipada em uma ação de obrigação de fazer, em processo que tramita em autos eletrônicos.

Embora tempestivo, o recurso não foi instruído com cópia da decisão agravada. Em sede de contrarrazões, Carlos, a parte agravada, apontou essa omissão e requereu o não conhecimento do agravo de instrumento que tramita também em autos eletrônicos.

Tomando o caso narrado como premissa, é correto afirmar que

- (A) a decisão agravada é irrecurável em separado, motivo pelo qual o recurso interposto não poderá ser conhecido, ante seu descabimento.
- (B) o agravo de instrumento poderá ser conhecido porque a juntada de cópia da decisão agravada é dispensável em se tratando de autos eletrônicos.
- (C) antes de decidir pela inadmissibilidade do recurso, a qual é cabível no caso narrado, o desembargador relator deverá conceder prazo de 10 (dez) dias para que João sane o vício.
- (D) o agravo de instrumento somente poderá ser conhecido se João comprovar justa causa para a ausência de juntada da decisão agravada quando da interposição do recurso.
- (E) a juntada posterior de documentos obrigatórios ao instrumento do agravo não é admitida, sendo motivo de indeferimento liminar do agravo de instrumento interposto por João.

57

A Associação dos Servidores Públicos do Estado Ômega impetrou mandado de segurança coletivo, com pedido liminar, por meio do qual pleiteou a concessão da ordem para que o Governador do Estado implemente o auxílio refeição em favor dos servidores civis do Estado.

Alguns servidores públicos, ao tomarem ciência do mandado de segurança coletivo, também impetraram mandados de segurança individuais.

O relator do mandado de segurança coletivo concedeu a liminar, determinando ao Chefe do Poder Executivo que implemente o benefício no prazo de 1 (um) mês, sob pena de multa diária no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Tomando o caso narrado como premissa, é correto afirmar que

- (A) diante do risco à economia pública, o Estado Ômega poderá requerer a suspensão da decisão agravada diretamente ao relator do mandado de segurança.
- (B) o presidente do Tribunal de Justiça do Estado Ômega pode conceder a suspensão de segurança de ofício para evitar grave lesão à ordem pública, à saúde, à segurança ou à economia.
- (C) requerido e indeferido o pedido de suspensão de segurança, caberá agravo, com efeito suspensivo automático, no prazo de cinco dias.
- (D) concedida eventual suspensão de segurança no mandado de segurança coletivo, não será cabível suspender as liminares concedidas nos mandados de segurança individuais na mesma decisão.
- (E) a interposição de agravo interno em face da decisão não prejudica nem condiciona o julgamento de eventual pedido de suspensão da decisão monocrática.

58

Em uma ação de responsabilidade civil, o réu, Paulo, foi validamente citado e constituiu advogado, porém não apresentou contestação no prazo legal.

O juiz, ao verificar a ausência de defesa, de ofício decretou a revelia de Paulo e intimou as partes para indicarem se possuem outras provas a produzir no processo.

Nesse caso, é correto afirmar que o juiz

- (A) deverá julgar procedente o pedido, sendo este um dos efeitos materiais da revelia.
- (B) pode presumir como verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor e julgar antecipadamente o mérito, se não houver outras provas a produzir.
- (C) agiu incorretamente, pois a revelia somente poderia ser decretada se Paulo não tivesse constituído advogado.
- (D) mandará retirar dos autos eventuais pedidos formulados por Paulo, por não ser dado ao réu revel fazer requerimentos a partir da decretação da revelia.
- (E) agiu equivocadamente, pois a revelia somente pode decretada mediante requerimento do autor.

59

Acerca dos princípios aplicáveis ao direito processual penal, avalie as afirmações a seguir.

- I. A vedação ao juízo de exceção e a consequente imposição de julgamento por autoridade competente decorrem do princípio do juiz natural.
- II. O indiciamento é ato privativo do delegado de polícia e, desde que fundamentado, produz efeito vinculante em face dos princípios da autonomia e independência do Ministério Público.
- III. A produção probatória depende sempre da iniciativa das partes por força do princípio da inércia dos órgãos do Poder Judiciário.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) II.
- (B) I.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) III.

60

Sobre a aplicação da lei processual no tempo e no espaço, é correto afirmar que

- (A) a legislação processual penal brasileira é aplicável aos cidadãos brasileiros domiciliados no exterior, independentemente de tratado ou convenção.
- (B) a lei processual penal é aplicável somente aos fatos posteriores ao início de sua vigência, não podendo ser empregada nas ações judiciais em curso.
- (C) a lei processual penal é aplicável aos fatos ocorridos no território brasileiro, ressalvados os tratados, as convenções e regras de direito internacional.
- (D) a lei processual penal é aplicável retroativamente, invalidando os atos praticados anteriormente, desde que contrários ao interesse da defesa.
- (E) a lei processual penal é aplicável retroativamente quanto às provas que possam ser utilizadas como fundamento da sentença.

61

Em relação ao inquérito policial, avalie as afirmativas a seguir.

- I. Se vislumbrar posteriormente a ocorrência de crime sujeito à ação penal privada em conexão com crime de ação penal pública, o Ministério Público oferecerá aditamento à denúncia.
- II. A ausência de identificação nominal do acusado impede, de maneira absoluta, a propositura da ação penal, sob pena de nulidade.
- III. O inquérito policial não pode ser desarquivado em caso de arquivamento por atipicidade penal da conduta, mesmo que nova lei venha a incriminar a conduta investigada.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

62

Em tema de ação penal, é correto afirmar que

- (A) nos crimes de ação pública, esta será incondicionalmente promovida por denúncia do Ministério Público após o necessário encerramento do inquérito policial.
- (B) no caso de morte do ofendido, o direito de representação é transmissível somente a parentes consanguíneos do falecido até o terceiro grau.
- (C) a representação é irretroatável após a remessa do relatório final fundamentado e assinado pela autoridade policial ao Ministério Público.
- (D) o direito de representação deve ser exercido por escrito e mediante a prestação de todas as informações pertinentes ao fato e sua autoria.
- (E) a aferição da sanção mínima para fins de cabimento do acordo de não persecução penal deve considerar as causas de aumento e diminuição aplicáveis ao caso concreto.

63

No que tange à interceptação telefônica, assinale a afirmativa correta.

- (A) A interceptação telefônica somente pode ser autorizada se outros meios de prova se mostrarem suficientes para a apuração do fato investigado.
- (B) A interceptação telefônica somente pode ser empregada para investigação de fatos definidos, em tese, como crimes sujeitos à pena de reclusão.
- (C) A interceptação telefônica pode ser renovada sucessivamente por períodos quinzenais até o limite de 6 meses, sob pena de nulidade.
- (D) A transcrição integral dos diálogos interceptados e sua juntada aos autos principais são essenciais à validade da interceptação telefônica.
- (E) A degravação das conversas interceptadas deve ser feita por dois peritos oficiais, que deverão prestar depoimento em Juízo, sob pena de nulidade.

64

Em matéria de prisão cautelar, assinale a afirmativa correta.

- (A) A prisão temporária não pode ser decretada, de ofício, pelo juiz, mas somente mediante prévia representação da autoridade policial ou do Ministério Público.
- (B) Considera-se em flagrante delito somente aquele agente que está cometendo a infração penal e vem a ser surpreendido no momento da prisão.
- (C) A decretação da prisão preventiva somente é cabível nas hipóteses relativas a crimes culposos ou dolosos punidos com pena privativa de liberdade de reclusão.
- (D) A prisão domiciliar consiste no recolhimento do indiciado ou acusado em sua residência, só podendo dela ausentar-se mediante justificativa prestada ao Ministério Público.
- (E) Uma vez ultrapassado o prazo de duração da prisão temporária, o preso somente pode ser colocado em liberdade por meio de ordem judicial expressamente fundamentada.

65

Acerca do elemento volitivo da infração penal, avalie as afirmativas a seguir.

- I. Na culpa consciente, o agente prevê o resultado e assume, consciente e voluntariamente, o risco de que venha a se concretizar.
- II. O dolo eventual caracteriza a situação em que o agente pratica determinada conduta assumindo o risco de produzir o resultado penalmente proibido.
- III. O dolo direto de segundo grau abrange as consequências relativas ao meio escolhido pelo agente para a prática da conduta criminosa.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e II, apenas.

66

Sobre a relação de causalidade em matéria penal, assinale a afirmativa correta.

- (A) A superveniência de causa relativamente independente não exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado.
- (B) A superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação dos fatos anteriores a quem os praticou.
- (C) Considera-se causa somente a ação sem a qual o resultado não teria ocorrido.
- (D) A relação de causalidade não é excluída por concausa, antecedente ou superveniente, absolutamente independente.
- (E) A omissão é penalmente relevante quando o omitente tinha o dever legal e a possibilidade de agir para evitar o resultado.

67

José, analfabeto e desempregado, solicitou a Joaquim, juiz de direito e seu amigo de infância, que não condenasse criminalmente Pedro, funcionário público, que, valendo-se de seu cargo, havia desviado bens pertencentes ao Município de Brasilândia.

Diante de tal situação hipotética, é correto afirmar que

- (A) José não praticou conduta penalmente típica.
- (B) José praticou o crime de tráfico de influência.
- (C) José praticou o crime de prevaricação.
- (D) José praticou o crime de corrupção.
- (E) José praticou o crime de advocacia administrativa.

68

Sérgio, vizinho e inimigo de Sandro, colocou uma bomba no salão do prédio em que ambos moravam com o fim de matá-lo. Durante a realização da assembleia condominial, a bomba explodiu e vinte pessoas morreram, inclusive Sandro.

Tal situação hipotética retrata

- (A) o fenômeno da continuidade delitiva.
- (B) o concurso formal de crimes.
- (C) um crime multitudinário.
- (D) o concurso material de crimes.
- (E) o conflito aparente de normas.

69

Na presença de dezenas de pessoas, Minerva afirmou que Afrodite, que é funcionária pública e sua vizinha, costuma trair o marido e manter relações sexuais com os homens casados do condomínio onde moram.

Diante de tal situação hipotética, é correto afirmar que Minerva praticou o crime de

- (A) injúria, sendo cabível a exceção da verdade.
- (B) calúnia, não sendo cabível a exceção da verdade.
- (C) difamação, sendo cabível a exceção da verdade.
- (D) difamação, não sendo cabível a exceção da verdade.
- (E) injúria, não sendo cabível a exceção da verdade.

70

Zelda, empresária de 60 anos de idade, copiou a assinatura de seu namorado, Bento, em procuração. Bento tem 18 anos de idade, é analfabeto e reside na zona rural do município X. Embora grosseira e perceptível, a falsificação permitiu que Zelda alcançasse seu objetivo de sacar dinheiro da conta bancária de Bento para si. Diante de tal situação hipotética, Zelda deve responder pela prática do crime de

- (A) falsificação de documento particular.
- (B) falsificação de documento público.
- (C) apropriação indébita.
- (D) abuso de incapaz.
- (E) estelionato.

REDAÇÃO

As questões urbanas que afetam a sociedade surgiram com o intenso processo de urbanização que aconteceu nos países em diferentes épocas. No Brasil, por exemplo, o êxodo rural e o conseqüente aumento populacional das cidades ganharam evidência a partir da metade do século XX, menos de cem anos atrás. Diferentemente de outras nações desenvolvidas, que apresentam planejamento urbano, o nascimento dos municípios brasileiros aconteceu sem organização prévia: os indivíduos se instalavam onde e como era possível. Com isso, uma série de fatores negativos surgiram.

Hoje, a população urbana enfrenta uma série de diferentes problemas.

Selecione os que lhe parecem mais graves, trace um panorama sobre suas causas e apresente medidas para reduzi-los, num texto de extensão entre 20 e 30 linhas, em modelo dissertativo-argumentativo, em linguagem culta.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

Realização

